

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVAS OBJETIVAS

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Uma vez estabelecida a ordem política, a caminhada civilizatória deu seus primeiros passos e, com o início de sua organização em vilas, aldeias, comunas ou cidades, houve também a necessidade de criar poderes instrumentais para que alguns de seus integrantes gerissem os interesses coletivos. Os instrumentos de controle surgiram, então, muito antes do Estado moderno e apontam para a Antiguidade.

No Egito, a arrecadação de tributos já era controlada por escribas; na Índia, o Código de Manu trazia normas de administração financeira; o Senado Romano, com o auxílio dos questores, fiscalizava a utilização dos recursos do Tesouro; e, na Grécia, os *legisperitos* surgiram como embriões dos atuais tribunais de contas.

Com o nascimento do estado democrático de direito, torna-se inseparável dele a ideia de controle, visto que, para que haja estado de direito, é indispensável que haja instituições e mecanismos hábeis para garantir a submissão à lei. Desde então, consolidou-se, majoritariamente, a existência de dois sistemas de controle no mundo: o primeiro, de origem anglo-saxã, denominado sistema de controladorias ou sistema de auditorias-gerais; e o segundo, de origem romano-germânica, denominado sistema de tribunais de contas.

A finalidade tradicional desses modelos de controle, que se convencionou chamar de entidade de fiscalização superior (EFS), é assegurar que a administração pública atue em consonância com os princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico, cuja finalidade principal é defender os interesses da coletividade. No Brasil, a arquitetura constitucional dedicou aos tribunais de contas essa tarefa.

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun. **Os tribunais de contas na era da governança pública:** focos, princípios e ciclos estratégicos do controle externo. Internet: <www.tcees.tc.br> (com adaptações).

Considerando as ideias e os aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens a seguir.

- 1 Depreende-se do texto que a forma de organização das sociedades no espaço geográfico foi determinante para a criação de instrumentos de controle.
- 2 O segundo parágrafo do texto dedica-se a apresentar fatos históricos que comprovam a afirmação anterior de que os instrumentos de controle remontam a Antiguidade.
- 3 No segundo parágrafo, os termos “No Egito”, “na Índia”, “o Senado Romano” e “na Grécia” são seguidos de vírgula porque expressam circunstância de lugar no início da oração em que aparecem.
- 4 No primeiro período do terceiro parágrafo, a forma verbal “haja”, em suas duas ocorrências, expressa existência, logo seria gramaticalmente correto substituí-la por **exista**, em ambas as ocorrências, sem alteração dos sentidos originais do texto.
- 5 A expressão “essa tarefa”, no final do último parágrafo, refere-se à ideia expressa no trecho “assegurar que a administração pública atue em consonância com os princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico”, no primeiro período daquele mesmo parágrafo.

- 6 O sentido e a correção gramatical do último período do primeiro parágrafo seriam preservados caso ele fosse reescrito da seguinte forma: Os instrumentos de controle surgiram, então, muito antes de o Estado Moderno apontar para a Antiguidade.
- 7 O emprego das vírgulas para isolar a oração “que se convencionou chamar de entidade de fiscalização superior (EFS)” (último parágrafo) confere a tal oração valor explicativo.
- 8 A expressão “desses modelos de controle” (primeiro período do último parágrafo) retoma o termo “tribunais de contas” (último período do penúltimo parágrafo).

No que diz respeito ao plano de auditoria baseado no risco, julgue os seguintes itens.

- 9 A materialidade consiste na ligação lógica ou influência sobre a finalidade do procedimento de auditoria e, quando apropriado, sobre a afirmação em consideração, não sendo afetada pela direção do teste.
- 10 Entre os riscos de auditoria, o risco de que as demonstrações contábeis contenham distorção relevante antes da auditoria é composto do risco inerente e do risco de controle.

Em relação à execução da auditoria e às evidências de auditoria, julgue os itens que se seguem.

- 11 Na matriz de achados, para cada achado, são elencados a situação encontrada, o critério, as evidências e análises, as suas causas e os seus efeitos, mas não há indicação do encaminhamento e dos benefícios esperados, elementos que constam de outra matriz.
- 12 Considere-se que um auditor tenha encaminhado e-mail a um fornecedor, solicitando que respondesse apenas no caso de discordância em relação às informações fornecidas. Nessa situação, o procedimento realizado pelo auditor consiste em uma circularização com solicitação de confirmação negativa.

No que diz respeito ao Código de Ética da INTOSAI (ISSAI 30), julgue o item subsequente.

- 13 Segundo o princípio da integridade, o profissional deve evitar circunstâncias ou influências que afetem ou possam ser vistas como capazes de afetar o seu julgamento profissional e de impedi-lo de agir de maneira imparcial e sem viés.

Com base na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), julgue os itens a seguir.

- 14** É de competência privativa do Ministério Público a ação para a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.
- 15** Para haver responsabilização pela prática de ato de improbidade administrativa, é necessário que a conduta seja realizada por agente público e de forma dolosa.

Julgue o item seguinte, referente ao controle externo da administração pública.

- 16** Em decorrência do princípio constitucional da inafastabilidade do Poder Judiciário, o julgamento das contas pelos tribunais de contas somente fazem coisa julgada formal, razão pela qual podem ser revistas e modificadas pelo Poder Judiciário.

Considerando o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), julgue os itens que se seguem.

- 17** O responsável ou o procurador-geral do Ministério Público junto ao TCE/SC, caso queiram atacar decisões proferidas em processos de prestação ou tomada de contas, inclusive tomada de contas especial, podem ingressar com recurso de reconsideração, que possui efeito suspensivo, dentro do prazo de trinta dias, contados da publicação do acórdão no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.
- 18** O presidente, o vice-presidente e o corregedor-geral do TCE/SC serão eleitos pelos conselheiros para um mandato de dois anos, permitida a reeleição apenas por um período de igual duração.
- 19** Para fins de distribuição de processos no âmbito do TCE/SC, os órgãos e as entidades da administração pública estadual, os municípios e outras entidades jurisdicionadas serão organizados em grupos de unidades gestoras.

Julgue os itens a seguir, considerando as disposições doutrinárias acerca do direito administrativo e as previsões em vigor da Lei federal n.º 14.133/2021, da Lei estadual n.º 6.745/1985 (Estatuto dos Servidores do Estado de Santa Catarina) e da Lei Complementar estadual n.º 255/2004.

- 20** A culpa concorrente é uma das hipóteses em que fica completamente excluída a responsabilidade civil do Estado.
- 21** O servidor do TCE/SC que concluir doutorado em área do conhecimento diretamente relacionada com as atividades de controle externo do tribunal fará jus ao adicional de pós-graduação, calculado no percentual de 25% sobre o vencimento do último nível e referência de seu cargo de provimento efetivo.
- 22** As contratações realizadas no âmbito das repartições públicas sediadas no exterior seguirão obrigatoriamente a instrução processual e os procedimentos estabelecidos na Lei n.º 14.133/2021.
- 23** O Estatuto dos Servidores do Estado de Santa Catarina, em regra, estabelece que o exame de saúde é obrigatório para a posse em cargo de provimento em comissão.

A respeito da organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, conforme a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens a seguir.

- 24** Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do presidente da República, dispor definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- 25** As normas constitucionais alusivas às competências institucionais do Tribunal de Contas da União são de observância compulsória pelas constituições dos estados-membros.
- 26** É possível a admissão de proposição de emenda parlamentar a projeto de lei de iniciativa exclusiva do presidente da República que dê ensejo a aumento de despesas, desde que, ao final dos trâmites cabíveis, o projeto seja sancionado pelo presidente da República.
- 27** Não é possível o controle jurisdicional em relação à interpretação de normas regimentais das casas legislativas, sendo vedado ao Poder Judiciário, substituindo o Poder Legislativo, definir um verdadeiro significado da previsão regimental, em atenção ao princípio da separação dos Poderes.

A respeito da despesa pública e de sua classificação, julgue os itens a seguir.

- 28** Os precatórios oriundos de créditos alimentares de idosos (pessoas com 60 anos ou mais de idade), portadores de doenças graves e pessoas com deficiência são pagos com preferência sobre os demais créditos alimentares e sobre os créditos não alimentares ou comuns.
- 29** As despesas correntes de custeio são destinadas à manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a planejamento e execução de obras públicas.

Com base na Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens a seguir.

- 30** Para fins de abertura de créditos suplementares, considera-se excesso de arrecadação o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, não sendo contabilizados os créditos extraordinários abertos no exercício.
- 31** Os créditos adicionais classificados como suplementares terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos.
- 32** É vedada a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei.

Considerando o disposto no Código de Ética dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e nas Leis n.º 8.429/1992 e n.º 12.846/2013, julgue os itens a seguir.

- 33** O citado código de ética tem, entre seus objetivos, o de estimular, no campo ético, o intercâmbio de experiências e conhecimentos entre os setores público e privado.
- 34** A Lei n.º 8.429/1992 enquadra a negligência na conservação do patrimônio público como ato de improbidade administrativa, quando se caracterizar conduta culposa.
- 35** A Lei n.º 12.846/2013 prevê a responsabilização subjetiva da pessoa jurídica pela prática de ato lesivo quando o benefício auferido por ela destinar-se também a outros beneficiários.
- 36** A perda patrimonial efetiva do ente público é indispensável para a configuração da ilicitude da conduta de frustrar processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos.

Considerando a realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do estado de Santa Catarina, julgue os itens a seguir.

- 37** No período do regime civil-militar brasileiro, o então deputado estadual de Santa Catarina Paulo Stuart Wright teve seu mandato cassado e, posteriormente, foi dado como desaparecido.
- 38** No que diz respeito às áreas de colonização em que se estabeleceram imigrantes de origem alemã e italiana em Santa Catarina, não existem registros de conflitos entre os europeus e a população indígena durante o século XIX, dado que nesse período se encontrou um meio-termo de harmonia e solidariedade entre os povos.
- 39** Conforme a pesquisa de desigualdade por cor ou raça feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018, no que se refere à disparidade salarial, em Santa Catarina pessoas negras ou pardas ganham 39% a menos do que pessoas brancas.
- 40** Entre 2019 e 2020, Santa Catarina alcançou índices de excelência na prevenção do desmatamento da Mata Atlântica, em comparação aos demais estados brasileiros onde esse bioma também ocorre.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Relativamente à elaboração de demonstrações contábeis conforme a legislação societária e os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue os itens que se seguem.

- 41** Na perspectiva da legislação societária, a demonstração das mutações do patrimônio líquido possui caráter complementar, sendo obrigatória a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, mas os pronunciamentos do CPC transformaram essas duas demonstrações em obrigatórias.
- 42** Para fins de levantamento da demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto, são considerados saídas de caixa os aumentos em contas patrimoniais ativas e as reduções em contas patrimoniais passivas, excluídas as contas retificadoras em ambos os casos.
- 43** Suponha que o balanço patrimonial de uma companhia apresente, no grupo imobilizado, um prédio comercial avaliado em R\$ 10 milhões, adquirido para aproveitar um preço de ocasião e uma disponibilidade de caixa. Nessa situação, a auditoria anual agirá corretamente se recomendar a reclassificação do imóvel em propriedade para investimento e, se viável, sua avaliação a valor justo.
- 44** A demonstração do resultado abrangente complementa a demonstração do resultado do exercício com aqueles resultados abrangentes que não puderam ser contemplados nesta última.
- 45** Na demonstração do valor adicionado, as receitas com vendas de mercadorias e produtos, assim como os insumos adquiridos, devem ter seus custos considerados líquidos de tributos incidentes, visto que esses tributos comporão a segunda parte da demonstração do resultado abrangente.

Quanto à estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, julgue os itens seguintes.

- 46** Os relatórios econômico-financeiros de propósitos gerais podem atender a um público bastante diversificado, mas seu público preferencial é aquele que financia a entidade que os elabora.
- 47** Todo aumento de ativo ou redução de passivo que resulte em aumento no patrimônio líquido é uma receita.
- 48** Para que uma informação financeira seja relevante, ela deve ser dotada de valor preditivo e de valor confirmatório.

Quanto ao reconhecimento e à mensuração de itens do ativo circulante, julgue os itens subsequentes.

- 49** Saldos bancários que, ao final do exercício social, se apresentem negativos devem ser utilizados para reduzir o saldo de disponibilidades, como forma de evitar que estas estejam sobrevalorizadas.
- 50** Suponha que uma indústria possua estoques de produtos em elaboração registrados pelo custo de produção incorrido até o momento de R\$ 7.300, que o preço de venda dessas unidades, quando acabadas, será de R\$ 12.100, que os custos ainda a serem incorridos para concluir a produção sejam de R\$ 4.500 e que os gastos para venda desses produtos estejam estimados em R\$ 500. Nessa situação, a indústria deverá avaliar esse estoque, quando concluído, pelo valor do custo.
- 51** Considere que uma empresa comercial tenha constituído uma sociedade de propósitos específicos, com a finalidade de adquirir seus recebíveis contra clientes, e que, como parte da operação, organizada por um grupo de entidades financeiras, essa empresa comercial tenha assumido o compromisso de arcar com eventual inadimplência da carteira, substituindo os títulos que não fossem honrados pelos clientes. Nessas condições, o desconhecimento da carteira de títulos alienada não é permitido.

Com relação ao reconhecimento e à mensuração de itens do ativo não circulante, julgue os itens a seguir.

- 52** Valor justo é o valor que a entidade pode observar para seus ativos e passivos a partir de valores cotados no mercado, e que não deve ser objeto de nenhum ajuste; ou seja, é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
- 53** Considere que uma empresa pretenda adquirir um equipamento pelo valor de R\$ 400 mil, para pagamento em uma única parcela, no prazo de três anos exatos. Considere, ainda, que o departamento financeiro dessa empresa, analisando a situação, tenha constatado que o fornecedor havia aplicado a seguinte tábua de multiplicadores para chegar ao valor parcelado.

1.º ano	0,91
2.º ano	0,83
3.º ano	0,75

Nessa situação hipotética, o preço justo à vista para o bem seria de R\$ 300 mil.

Com relação aos itens de passivos e ao patrimônio líquido, julgue os itens a seguir.

- 54** A operação de compra de ações da própria entidade deve ser registrada como um crédito no patrimônio líquido.
- 55** Considere que uma entidade tenha obtido um empréstimo de uma instituição financeira, para ser quitado em parcelas mensais durante o prazo de 48 meses. Nesse caso, o valor integral das prestações, ajustado a valor presente, deve ser registrado no passivo não circulante.
- 56** Considere que o arrendatário, no momento inicial do contrato de arrendamento, esteja razoavelmente certo de que rescindir o contrato antes do prazo final. Nesse caso, os valores das multas por rescisão deverão ser incluídos na mensuração do passivo de arrendamento.

No que se refere aos custos das mercadorias e dos produtos vendidos e aos métodos de custeio, julgue os seguintes itens.

- 57** No método RKW, a alocação dos custos é realizada levando-se em consideração, além dos custos diretamente atribuíveis aos produtos, gastos que não são vinculados ao processo de fabricação.
- 58** Pelo método do custeio direto, os custos variáveis são excluídos na apuração dos custos dos estoques de produtos acabados.
- 59** Pelo método do custeio real por absorção, os custos incorridos para montagem de itens de estoque necessária para sua comercialização devem ser adicionados ao custo do estoque.

Com base na legislação vigente, julgue os itens que se seguem, acerca de políticas contábeis, mudanças de estimativas, retificação de erros e eventos subsequentes.

- 60** Considere que, com base em novas informações, uma entidade tenha reclassificado de possível para provável a chance de perda em um processo judicial. Nesse caso, houve uma mudança de política contábil.
- 61** Mesmo que imateriais, erros cometidos de forma intencional para melhorar os resultados da entidade devem ser corrigidos, para fins comparativos.
- 62** Considere que uma empresa controladora esteja reconhecendo os resultados de sua controlada integral pelo método da equivalência patrimonial e que, nesse contexto, o auditor tenha solicitado que a informação fosse reconhecida por meio de consolidação. Nesse caso, se acatar a sugestão do auditor, a entidade promoverá uma mudança de estimativa contábil e deverá aplicá-la a partir do próximo exercício.

A tabela seguinte mostra as informações patrimoniais e de resultado de duas empresas, A e B. Os valores apresentados estão em módulo e em reais.

contas	empresa A	empresa B
aplicações financeiras de resgate imediato	54.000	30.000
caixa	80.000	60.000
capital social	50.000	80.000
despesas administrativas	6.000	2.000
despesas antecipadas	1.000	15.000
despesas financeiras	4.000	3.000
empréstimos obtidos de longo prazo	60.000	30.000
encargos financeiros a apropriar de longo prazo	10.000	6.000
estoques	25.000	30.000
impostos a recolher	1.000	2.000
impostos sobre vendas	10.000	15.000
provisão para contingências	3.000	4.000
receita de vendas	110.000	120.000
receitas antecipadas	6.000	5.000
veículos	40.000	80.000

Com base nessas informações, julgue os itens que se seguem.

- 63** A empresa A apresenta uma margem líquida superior à da empresa B.
- 64** A capacidade de pagamento corrente da empresa A é superior à da empresa B.
- 65** O índice de liquidez imediata da empresa A é maior que o índice de liquidez corrente da empresa B.
- 66** A empresa A apresenta uma composição do endividamento superior à da empresa B.

Julgue os itens a seguir, acerca das variações patrimoniais qualitativas e quantitativas do setor público e seu impacto no resultado patrimonial do exercício.

- 67** Independentemente da intervenção de terceiros, a geração natural de novos ativos enseja a realização de uma variação patrimonial quantitativa aumentativa.
- 68** Tem-se uma variação qualitativa quando há a extinção total ou parcial de um passivo sem o concomitante desaparecimento de um ativo no mesmo valor.
- 69** A diminuição do valor econômico de um ativo afeta negativamente o resultado patrimonial do exercício.

Com relação aos procedimentos contábeis patrimoniais aplicados no processo de mensuração de ativos do setor público, julgue os itens subsequentes.

- 70** Uma nova reavaliação deverá ser feita se o valor justo de um ativo diferir materialmente do seu valor registrado contabilmente.
- 71** Caso o bem entre em condições de uso somente no decorrer do mês, a taxa de depreciação pode ser ajustada *pro-rata* em relação à quantidade de dias corridos.
- 72** Na data das demonstrações contábeis, a entidade deverá fazer uma estimativa formal da redução do ativo a valor recuperável, mesmo que não haja indicação de potencial perda.
- 73** Quando incorridos, gastos com pesquisa podem ser reconhecidos como ativo intangível.

No que concerne à mensuração de provisões e passivos contingentes no setor público, julgue os itens seguintes.

- 74** Caso não seja possível estimar de maneira confiável o valor de uma obrigação, uma provisão deverá ser reconhecida nas demonstrações contábeis da entidade.
- 75** Uma obrigação a pagar deverá ser reconhecida quando não houver mais incertezas quanto ao prazo e valor de determinada provisão.
- 76** Se o processo de mensuração indicar que é remota a saída de recursos para determinado passivo contingente, esta deverá ser divulgada em notas explicativas.

No que se refere à estrutura e ao código da conta contábil do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e das naturezas e atributos da informação contábil, julgue os itens que se seguem.

- 77** Como os controles de atos potenciais ativos e passivos são contrapartida um do outro, eles devem apresentar os mesmos saldos.
- 78** A natureza de informação orçamentária contempla os registros orçamentários e financeiros.
- 79** O controle da mudança do atributo da conta contábil de permanente para financeiro pode ser feito por meio da duplicação das contas.
- 80** Os entes da Federação podem detalhar a conta contábil em qualquer nível apresentado na relação de contas do PCASP.

Considere que os eventos contábeis a seguir tenham ocorrido durante um exercício financeiro já encerrado em uma entidade do setor público:

- I aprovação da Lei Orçamentária Anual com receita estimada no valor de R\$ 300 mil, sendo 60% em receitas/despesas correntes e 40% em receitas/despesas de capital;
- II lançamento e arrecadação de impostos no valor de R\$ 180 mil;
- III contratação e recebimento imediato de operação de crédito no valor de R\$ 120 mil;
- IV empenho e liquidação de imóvel adquirido para uso no valor de R\$ 200 mil, sendo metade do valor paga a vista e metade inscrita em restos a pagar;
- V empenho, liquidação e pagamento de despesas de pessoal no valor de R\$ 100 mil.

Tendo como base as transações apresentadas, julgue os seguintes itens acerca da estrutura e do fechamento das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

- 81** O resultado orçamentário do exercício apurado no balanço orçamentário foi nulo.
- 82** O resultado patrimonial do exercício apurado na demonstração das variações patrimoniais foi superavitário em R\$ 200 mil.
- 83** O resultado financeiro do exercício apurado no balanço financeiro foi superavitário em R\$ 100 mil.

De acordo com as disposições da Lei n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Lei Complementar n.º 178/2021 (Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal), julgue os próximos itens.

- 84** Na apuração da despesa total com pessoal, deve ser adotado o regime de competência, independentemente do empenho.
- 85** A metodologia utilizada para fins de classificação da capacidade de pagamento da dívida de estados e municípios não é passível de alteração.
- 86** Será suspenso o acesso a novos financiamentos ao estado até que este promova a total liquidação de eventual dívida honrada pela União em decorrência de garantia prestada em operação de crédito.

Julgue os itens a seguir, relativos a licitações.

- 87** A Lei n.º 14.133/2021 estabelece como modalidades de licitação o pregão, a concorrência, o concurso, o leilão, o diálogo competitivo e a tomada de preços.
- 88** Até a Lei n.º 14.133/2021 alcançar dois anos de vigência, a administração pública poderá optar por licitar ou realizar contratação direta de acordo com a referida lei ou com as Leis n.º 8.666/1993 e n.º 10.520/2002, devendo a opção escolhida ser indicada expressamente no edital, aviso ou instrumento de contratação direta.
- 89** A administração pública poderá optar pela aplicação combinada da Lei n.º 14.133/2021 com a Lei n.º 8.666/1993 e(ou) com a Lei n.º 10.520/2002, seja ao licitar, seja ao contratar diretamente.
- 90** A adoção da contratação integrada do regime diferenciado de contratações públicas (RDC) será considerada irregular se, entre outros fatores, não houver a efetiva demonstração das vantagens técnicas e econômicas auferidas pela sua utilização, comparativamente com outros regimes de execução previstos em lei.
- 91** O sistema de registro de preços pode ser adotado, entre outras hipóteses, quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes, ou quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo.
- 92** No caso de licitações de âmbito internacional, as empresas estatais devem prever, em seus regulamentos de licitações e contratos, regra de equalização de propostas, tendo por base, por exemplo, o preceito contido na Lei n.º 14.133/2021, com vistas a assegurar a comparação justa das propostas de licitantes estrangeiras com as de licitantes nacionais.
- 93** É indevida a utilização do sistema de registro de preços para contratação de serviço que não seja padronizável e replicável, por ser incompatível com o Decreto n.º 7.892/2013.
- 94** É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, ou o fornecimento e a instalação de equipamentos, ou a execução de obra pública.

Julgue os itens que se seguem, no que se refere a contratos administrativos.

- 95** Se constar no edital de licitação a possibilidade de prorrogação do contrato administrativo, o contratado terá direito líquido e certo à aludida prorrogação.
- 96** Contratos administrativos e termos aditivos poderão ser mantidos em sigilo quando isso for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- 97** Se o edital de licitação exigir a prestação de garantia, o contratado poderá optar pelas modalidades de caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, sendo vedado o oferecimento de garantia de outras espécies, como títulos da dívida pública.
- 98** Alterações unilaterais do contrato administrativo por iniciativa da administração pública podem transfigurar o objeto da contratação.
- 99** As infrações administrativas cometidas no curso da execução de um contrato administrativo poderão ser sancionadas com advertência, multa, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade.

Julgue o próximo item, acerca de convênios.

- 100** A celebração de convênio administrativo de cooperação não pode prescindir da realização de licitação prévia.

Espaço livre